

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CAMPO

Jovana A. Cestille \*

Domingos Leite Lima Filho

### Introdução

O presente texto é parte da produção de Projeto de Pesquisa que investiga a dimensão cultural dos cursos técnicos do MST, onde investigamos a construção teórico-prática de novos paradigmas educacionais.<sup>1</sup>

Constatamos que desde finais da década de 1990, vem se constituindo no Brasil, a Educação do Campo, que além de uma construção conceitual, se constitui numa construção política e ideológica, a partir da crítica à concepção de educação rural. O conceito de educação do campo esta sendo gestado principalmente pelos movimentos sociais do campo, em parceria com universidades brasileiras, organizações não governamentais e órgãos públicos. Segundo Caldart:

O movimento inicial da Educação do Campo foi o de uma articulação política de organizações e entidades para denúncia e luta por políticas públicas de educação no e do campo<sup>2</sup>(...). Ao mesmo tempo tem sido um movimento de reflexão pedagógica das experiências de resistência camponesa, constituindo a expressão, e aos poucos o conceito de Educação do Campo (CALDART, 2004, p. 19-20).

Nesse processo de construção do conceito de Educação do Campo, segundo Mançano e Molina, ocorre a produção de um novo paradigma:

Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada **pelos** povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado **para** a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas. (grifos nosso)

---

\*Mestranda do PPGTE – UTFPR. E-mail: jocestille@gmail.com

1O projeto “A dimensão cultural dos cursos de escolarização, educação profissional e formação política do MST-PR”, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), investiga qual o papel que as atividades culturais desenvolvidas nos cursos de nível médio integrado do MST-PR desempenham na formação integral dos/as educandos/as, dos cursos Técnicos em Agroecologia, da Escola Milton Santos, no Estado do Paraná.

2A Articulação Nacional por Uma Educação do Campo faz uma distinção entre “do” e “no” campo, entendendo que “do” campo pressupõe uma escola que esteja localizada no campo, mas que contemple uma educação que esteja vinculada, política e pedagogicamente, com a história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não apenas um apêndice da escola pensada na cidade e localizada “no” campo.

Por essas razões é que afirmamos a Educação do Campo como um novo paradigma que vem sendo construído por esses grupos sociais e que rompe com o paradigma da educação rural, cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadoria e não como espaço de vida. (MANÇANO, MOLINA, 2004, p.63)

A compreensão do campo como espaço de reprodução da vida, é reforçada por Molina e Jesus:

A Educação do Campo tem se constituído como uma das estratégias que pode provocar algumas transformações no campo brasileiro porque o resgata não só como espaço da produção, mas como território de relações sociais, de cultura, de relação com a natureza, enfim, como território de vida. (MOLINA, JESUS, 2004, p.11)

Nesse sentido, de construção de um novo paradigma, Caldart destaca a importância de se pensar um projeto político pedagógico a partir da luta e das experiências que vêm sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo. Ressaltando que este projeto político pedagógico deve dialogar com uma determinada pedagogia crítica, que não deve se desvincular da luta pela justiça e igualdade social, e pela emancipação da classe trabalhadora. A autora cita três referências, que no seu ponto de vista devem ser prioritárias: o pensamento pedagógico socialista, que pode ajudar a pensar a relação entre educação e trabalho desde a realidade particular dos sujeitos do campo; a Pedagogia do Oprimido e toda a tradição pedagógica decorrente das experiências da Educação Popular, destacando a teoria de Paulo Freire; e o que chama de Pedagogia do Movimento, uma reflexão teórica mais recente, que também dialoga com as tradições anteriores, e que se gesta a partir das experiências educativas dos próprios movimentos sociais (CALDART, 2004).

Jesus, ao fazer referência ao paradigma da Educação do Campo, tendo como base de análise as diversas possibilidades de construção do conhecimento-emancipação desenvolvidas nos últimos anos, através de práticas educativas pelos movimentos sociais do campo, afirma que a Educação do Campo desenvolve:

(...) ao invés de uma educação como meio de desenvolvimento da razão para a inserção do indivíduo na vida social, uma educação como meio de desenvolvimento cultural que se constrói entre diferentes sujeitos que se produzem entre os símbolos, os ritos, as narrativas, a técnica, a ciência, os saberes da tradição, ao mesmo tempo que produz e gera valores sociais. (JESUS, 2004, p. 112)

Ainda segundo Jesus, as práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo são capazes de “identificar a inovação e a emergência de conhecimentos que foram colocados à margem do sistema capitalista como importantes

referências na construção de conhecimentos e práticas contra-hegemônicas.” (JESUS, 2004, p.124) E afirma também que essas práticas estão inseridas num contexto complexo e transdisciplinar, que não passa apenas de um conhecimento popular, ou de senso comum, para o conhecimento científico, como também não é o inverso, de apenas reforçar práticas conservadoras, por se tratarem de conhecimento popular, pois ressalta que todo conhecimento é incompleto e não é perfeito. Portanto é necessário desenvolver uma capacidade crítica sobre os conhecimentos que estão sendo produzidos, bem como sobre os conhecimentos acumulados na história da humanidade, e questionar para o que realmente estes conhecimentos estão sendo importantes, para reforçar a ideologia dominante ou para a emancipação dos que vivem do campo.(JESUS, 2004)

As reflexões acerca da Educação do Campo, vão desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental, médio e superior. A seguir, nos ateremos às reflexões acerca da Educação Profissional do Campo.

### **Educação Profissional do Campo**

A partir de início da década de 1990, portanto anterior à criação do conceito de Educação do Campo, mas como parte desse processo, vem se constituindo e se desenvolvendo cursos de Educação Profissional nas Escolas do Campo. Estes cursos foram/são criados a partir de demandas apresentadas pelos Movimentos Sociais.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA) - realizada em 2004, a partir de uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) / Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA) - sobre Educação Média (EM), apenas 7,5% dos educandos participam da EM, a porcentagem é menor ainda em relação as escolas, pois somente 4% ofertam EM e 0,5% ofertam cursos de Educação Profissional (EP). Os educandos com idade entre 7 a 14 anos, ou seja, em idade escolar da Educação Fundamental, somam 587 mil, representando uma demanda para EM, já os educandos com idade entre 15 a 17 anos, ou seja em idade da EM, somam 203 mil, e destes 23% estão fora da escola. (BRASIL, 2004)

Portanto, existe uma demanda efetiva, nas áreas de Reforma Agrária no Brasil, para o Ensino Médio e/ou Educação Profissional, tanto para os adolescentes e jovens que estão em idade escolar *regular*, bem como para os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de dar continuidade aos estudos no tempo considerado *regular* pela legislação educacional brasileira.

Esse processo, de desenvolvimento de cursos de Nível Médio pelos movimentos sociais, tem levado os movimentos a refletirem sobre suas práticas educacionais. Essas reflexões acontecem na prática cotidiana das pessoas que estão diretamente envolvidas na realização desses cursos, como também são realizados momentos específicos para uma reflexão mais ampla, como o 1º Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária, realizado em setembro de 2006, em Luziânia-GO e o Seminário sobre Educação Profissional para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul: Que Educação Profissional, para que Trabalho e para que Campo?, realizado em maio de 2007, em Veranópolis-RS, ambos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>3</sup>.

Ao final de cada seminário citado acima, produziu-se um documento com a síntese das discussões realizadas durante o evento. Destacaremos a seguir alguns pontos relevantes dos dois documentos.

O documento do 1º Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio<sup>4</sup>, aponta que a decisão do MST em organizar esse evento, com a finalidade de realizar um debate específico sobre a Educação Básica de Nível médio, foi devido a constatação de que das mais de 2 (duas) mil escolas públicas implantadas em áreas de Reforma Agrária, não chega a 50 (cinquenta) as que ofertam o ensino médio, sendo que mais da metade destas são extensões de escolas urbanas. Além disso, o documento destaca que o MST tem a convicção “(...) da importância estratégica destas escolas para o desenvolvimento dos assentamentos e o avanço do projeto de Reforma Agrária que defendemos como parte de um Projeto Popular para a Agricultura Brasileira e para a Nação.” (MST, 2006, p. 4)

O mesmo documento destaca que embora:

(...) o ensino médio consta na 'Lei de Diretrizes e Bases da Educação

---

3 Nas próximas referências, utilizaremos a sigla MST ou apenas Movimento.

4 Passaremos a denominá-lo apenas por documento do 1º Seminário Nacional.

Nacional' de 1996 como parte da Educação Básica e, portanto, como um direito de todas as pessoas; apesar disso ainda não é obrigatório e sua oferta é muito precária em todo o país. Historicamente este nível da educação escolar se ressentia da falta de uma política de Estado, ou mesmo de políticas governamentais mais contundentes.” (MST, 2006, p. 4)

Se para a sociedade como um todo, a oferta de ensino médio é um problema significativo, para os povos do campo, além da escassez de oferta há um outro problema. Segundo o Documento do Seminário sobre Educação Profissional para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul<sup>5</sup>: “(...) não existe no Brasil uma política de educação profissional para a agricultura camponesa. Porque isso seria atender a uma demanda vinda do pólo do trabalho e não do capital e, portanto portadora de outro tipo de exigências de formação.” (ITERRA, 2007, p. 189)

Nessas escolas a educação profissional ocorre através de parcerias entre movimentos sociais, principalmente MST e Via Campesina<sup>6</sup>, e universidades ou Escolas Técnicas, na maioria das vezes com recurso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)<sup>7</sup>, como alternativa para atender a demanda existente, como aponta o documento do 1º Seminário Nacional:

Na ausência de políticas públicas de universalização do 'ensino médio' o MST vem buscando formas de ampliar esta escolarização em sua base social. Ao mesmo tempo em que segue na luta por escolas, uma alternativa que vem encontrando é a realização de cursos técnico-profissionais combinados com o ensino médio, especialmente através de parcerias com Universidades e escolas técnicas. (MST, 2006, p. 12)

No entanto, o documento do Seminário da Região Sul aponta que “(...) Estas iniciativas têm permitido um avanço de práticas e de elaboração pedagógica, mas não garantem o atendimento massivo das demandas existentes e desafios de implementação de um novo projeto de campo<sup>8</sup>”. (ITERRA, 2007, 190)

O documento do Seminário da Região Sul aponta também que um dos desafios que se coloca é :

---

5 Passaremos a denominá-lo de documento do Seminário da Região Sul.

6 Movimento social que congrega vários movimentos sociais do campo. Tanto no Brasil, como em nível internacional.

7 Programa criado em 1998, pelo Governo Federal, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, “(...) a partir da mobilização dos trabalhadores do Campo em articulação com a Universidade.” (KUENZER, 2006, p. 888)

8 Ou seja, um projeto que se contraponha ao modelo “que no momento atual tem a marca da exploração capitalista através do domínio da agricultura pelas empresas multinacionais e pelo capital financeiro, expressa na aliança entre fazendeiros e empresas hoje conhecidas pelo nome de ‘agronegócio’”. (ITERRA, 2007, p. 183)

(...) qualificar a educação básica, para que a formação geral que lhe é própria se faça de modo integrado ao mundo do trabalho, da produção, da cultura, da ciência, da luta social. Nesta perspectiva os cursos técnicos devem vir mesmo para qualificar a formação prática (que inclui domínio tecnológico). (ITERRA, 2007, p. 195)

Os debates no 1º Seminário Nacional sobre o ensino médio como parte da educação básica, remeteram os participantes a pensarem sobre o que é básico na concepção de educação escolar, a partir das reflexões sobre o papel da escola no projeto de educação do MST e da Educação do Campo. Na síntese desse debate, apresentada no documento final desse evento, constam doze pontos, que pela limitação de espaço deste artigo não teremos condições de discuti-los todos aqui. Destacamos três destes pontos, por considerá-los relevantes à discussão apresentada no presente texto.

O primeiro ponto que destacamos trata justamente da relação educação e trabalho. Referindo-se à concepção desta relação na dinâmica das necessidades dos assentamentos e do desenvolvimento do campo o MST afirma:

O objetivo de vincular a escola com os desafios concretos do desenvolvimento do campo não deve ser confundido com uma visão estreita e pragmática de educação, tão ao gosto da ordem social vigente. Assim como condenamos uma escola que se coloque a serviço do 'mercado de trabalho', da mesma forma não podemos aceitar que a tarefa da educação escolar se reduza ao atendimento das demandas emergentes dos problemas do dia-a-dia dos assentamentos, descuidando-se das diferentes dimensões da vida humana. (MST, 2006, p. 10)

O ponto acima referido, reforça a idéia defendida pelo MST, de um projeto de educação vinculado ao mundo do trabalho, ligado à um projeto de desenvolvimento do campo, que considere todas as dimensões da vida humana, e não apenas as necessidades do mercado.

O segundo ponto em discussão trata dos princípios pedagógicos que devem nortear, segundo as concepções do MST, as transformações na educação e na escola:

Os princípios pedagógicos que temos firmado enquanto MST em vista das transformações necessárias na escola são especialmente os seguintes: (1º) a realidade como base da produção do conhecimento e o estudo como capacitação para leitura crítica da realidade, formação de uma visão de mundo, emancipação intelectual e exercício de um exame reflexivo das diferentes dimensões da vida humana; (2º) educação para o trabalho e pelo trabalho; (3º) participação em processos de gestão democrática que inclui o desafio de auto-organização dos estudantes e de construção de uma coletividade educadora; (4º) trabalho coletivo e formação permanente dos educadores. (MST, 2006, p. 11)

Ou seja, os princípios pedagógicos apresentados acima, pressupõem uma

preocupação com a formação integral dos educandos, nos vários aspectos da vida, enquanto sujeitos individuais, mas também enquanto sujeitos coletivos, que fazem parte de uma organização com identidade própria: de Sem Terra.

Por fim, o terceiro ponto aqui destacado trata da especificidade a educação do campo, considerando a historicidade e a totalidade dos processos sociais:

Entendemos que a especificidade da Educação do Campo se justifica tanto pela histórica discriminação sofrida no atendimento ao que se considera como um direito universal, como pela realidade social complexa e diversa dos processos produtivos, políticos e culturais presentes hoje no campo e que deve ser respeitada. Assumir esta especificidade não significa romper com o princípio da 'escola unitária' (que combate o dualismo de tipos de escolas diferentes para classes sociais diferentes) nem relativizar a dimensão de classe. A perceptiva da Educação do Campo há que ser a da totalidade dos processos sociais, mas tendo em conta o movimento entre particular e universal que está no 'mundo real' e nos seus sujeitos concretos. (MST, 2006, p. 12)

Portanto, a construção da concepção da Educação do Campo, conforme a citação acima, apesar de partir da especificidade dos povos do campo, têm uma preocupação com a totalidade. Busca-se a inserção de grupos ou mesmo comunidades inteiras - até então isoladas e/ou discriminadas - num projeto educacional que tem como perspectiva a formação de sujeitos concretos, que possuem sua individualidade, mas ao mesmo tempo, participam de processos sociais complexos.

A partir da leitura dos pontos acima destacados é possível afirmar que a concepção educacional do MST se identifica com as formulações gramscianas da escola unitária e do princípio educativo do trabalho. Ou seja, a base do ensino fundamental deve ser o princípio educativo do trabalho, conceito elaborado por Gramsci, onde afirma que a escola deve ser:

escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento de capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI, 1991, p. 118)

Ao desenvolver esse tema, Saviani descreve que no ensino fundamental a relação entre trabalho e educação é implícita e indireta, não necessitando fazer referência direta ao processo de trabalho, “(...) porque ela se constitui basicamente como mecanismo, um instrumento, por meio do qual os integrantes da sociedade se apropriam daqueles elementos, também instrumentais, para a sua inserção efetiva na própria

sociedade” (SAVIANI, 2007, p. 9). Ou seja, os conteúdos do currículo escolar devem propiciar aos educandos compreender o mundo em que vivem. Em relação ao ensino médio, o autor enfatiza que “(...) a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta.” (SAVIANI, 2007, p. 9)

Retomando o Documento do Seminário da Região Sul, essa é uma questão que se coloca como um dos principais desafios para a Educação Profissional do Campo:

(...) como se garante no currículo dos cursos o vínculo entre conhecimento e prática de trabalho, buscando superar a cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual; sobre como se combina capacitação técnica com domínio científico e tecnológico dos processos produtivos em que esta área de trabalho se insere. (ITERRA, 2007, p. 199)

Ou, dito de outra forma, como superar uma técnica didática ou metodológica, transformando-a num pressuposto ontológico, como ressalta Frigotto: “O trabalho como princípio educativo, então, não é em Marx e Gramsci uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um pressuposto ontológico e ético-político no processo de socialização humana.” (FRIGOTTO, 2006, p. 247).

A questão do Ensino Médio, conforme o documento do 1º Seminário Nacional, que se coloca para os movimentos sociais do campo, tem como demanda prioritária a juventude das áreas de Reforma Agrária, juventude esta que é vista como pessoas individuais, mas também como sujeitos coletivos que integram uma identidade social, uma identidade de Sem Terra, de camponeses, de classe trabalhadora. O documento destaca também que na base social destes movimentos, existe um número significativo de adultos e idosos que não tiveram acesso a escolarização de nível médio, e que portanto também constituem uma demanda concreta. (MST, 2006)

Sendo a juventude, uma demanda prioritária, as reflexões realizadas pelos movimentos sociais do campo, destaca que essa fase de escolarização, aponta para o desafio da *inserção social* dos educandos, ou seja, os cursos de nível médio precisam:

(...) atender de forma simultânea, articulada e equilibrada tanto as exigências de uma *formação humana integral* a que estes sujeitos jovens têm direito, e próprias a seu ciclo etário, como também às demandas de preparação para uma intervenção imediata em sua realidade social específica, seja pela sua participação nos processos produtivos e nas alternativas de geração de renda seja ajudando a dinamizar a vida cultural do assentamento ou assumindo tarefas ou funções políticas ligadas à militância no Movimento Social. (MST, 2006, p. 15)

Ou seja, colocada nessa perspectiva, os movimentos sociais apontam a educação como um instrumento fundamental para a luta de classes. E como afirma Frigotto:

(...) quanto mais eficaz e global for o trabalho escolar, na sua tarefa específica de transmissão do conhecimento elaborado e historicamente sistematizado, tanto mais ele significará um instrumento que se volta contra os interesses do capital. O esforço de nivelar por cima é um esforço contra o privilégio – elemento constitutivo da sociedade de classes. Este esforço, objetivamente, se materializa mediante uma direção política e uma qualidade técnica que vinculam o saber que se processa na escola aos interesses da classe trabalhadora. Saber que, historicamente, sempre lhe foi negado, mediante diferentes mecanismos, que vão da seletividade social ao oferecimento de uma escola desqualificada. (FRIGOTTO, 1989, p. 28)

Portanto, a universalização do acesso a uma escola gratuita e de qualidade, tem um significado que vai além de um direito humano, representa uma ferramenta fundamental para a classe trabalhadora na luta contra o capital.

Frigotto destaca ainda, que:

A luta por uma escola de qualidade e a serviço da classe trabalhadora é, em última instância, um aspecto da luta mais ampla pela transformação das relações sociais de produção da existência, que têm como produto a desigualdade orgânica, o não-trabalho, o parasitismo e a exploração. (FRIGOTTO: 1989, pág.29)

## **Considerações Finais**

Pelo que podemos observar, a construção do conceito de Educação Profissional do Campo, como parte da Educação do Campo, também se constitui num espaço de disputa política e ideológica, que envolve não só a questão dos conflitos sociais existentes no campo, bem como a educação num aspecto mais amplo, de garantia de igualdade de acesso a um dos direitos fundamentais para toda a classe trabalhadora, que é a educação pública e de qualidade, como forma de garantir a sua emancipação como seres humanos.

Vários estudos apontam para a dicotomia que existe entre a escola para classe dominante e a escola para os trabalhadores. Embora a escola e os sujeitos que nela atuam (educadores e educandos) não sejam meramente passivos aos objetivos do

mercado ou do aparato de Estado, geralmente os cursos de Educação Profissional, voltado para os trabalhadores urbanos, buscam atender as demandas do capitalismo. No campo essa realidade não é diferente, pois os cursos de Educação Profissional, que não estão diretamente vinculados aos Movimentos Sociais, geralmente buscam atender as demandas do agronegócio. Na instituição social escola têm lugar movimentos de resistência e construção / reconstrução de hegemonia, ocultos ou manifestos, constituindo-se a partir daí mais um desafio para a Educação Profissional do Campo, ou seja, buscar uma formação que atenda às necessidades dos trabalhadores camponeses.

Para a qual o MST coloca como necessidade uma prática educativa, em que o princípio educativo do trabalho não seja apenas uma metodologia a ser desenvolvida, mas uma prática a ser vivenciada. Consta-se conforme indicado na análise documental e pesquisa de campo, que o MST busca construir um novo paradigma de sociedade, onde a centralidade esteja no trabalho concreto voltado para a garantia das necessidades de todas as dimensões da vida humana e não apenas para o mercado.

## **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA). Disponível em: <[www.inep.gov.br/download/catalogo\\_dinamico/titulos\\_avulsos/2005/PNERA.pdf](http://www.inep.gov.br/download/catalogo_dinamico/titulos_avulsos/2005/PNERA.pdf)>.

Acessado em 22.05.07

CALDART, Roseli Salette. *Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo*. In MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de. (Orgs) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º5.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989 – 3. ed..

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil hoje. In LIMA, Júlio C. F.; NEVES, Lucia M. W. **Fundamentos da**

**Educação Escolar do Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

ITERRA. Documento do Seminário sobre Educação Profissional para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul: Que Educação Profissional, para que Trabalho e para que Campo? in CALDART, Roseli S. (org.) O Instituto de Educação Josué de Castro e a Educação Profissional. **Cadernos Iterra**, ano VII, n.13, setembro de 2007, p. 179-201

JESUS, M.S.A. de. *Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da Educação do Campo.* In MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de. (Orgs) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** ília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º5.

KUENZER, Acácia Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**, v. 27, 2006, p. 877-910.

MANÇANO, Bernardo M.; MOLINA, Mônica C. *O Campo da Educação do Campo.* In MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de. (Orgs) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º. 5.

MST. Caminhos da Educação Básica de Nível Médio para a Juventude das Áreas de Reforma Agrária. **Documento Final do 1º Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária.** Luziânia, GO, setembro de 2006.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamento ontológico e histórico. In **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34 jan/abr 2007, p. 152 a 165.